

10 de fevereiro de 2017

- **Brasil e Portugal assinam acordo de cooperação na área de defesa***
- **Ministério da Defesa terá nova Norma de Controle Interno***
- **Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas será lançado em março***
- **Líder polonês defende que UE seja potência nuclear***

Brasil e Portugal assinam acordo de cooperação na área de defesa*

O ministro da Defesa, Raul Jungmann assinou, nesta quinta-feira (09), na cidade do Porto, em Portugal, acordo de cooperação na área de defesa com país lusitano. Jungmann destacou que a iniciativa vai tornar viável um maior acesso da indústria brasileira ao mercado europeu, além de garantir ações militares conjuntas e estratégicas, como a manutenção da paz no Atlântico Sul, entre outras ações. O acordo prevê uma maior interação entre a indústria de defesa brasileira e portuguesa.

Ao lado do ministro da Defesa de Portugal, José Alberto Azeredo Lopes, que também assinou o acordo de cooperação, Jungmann salientou que “o Atlântico Sul, palco das

travessias que uniram as histórias de nossos países, é um importante espaço geopolítico, que concentra diversos interesses e cobiçadas riquezas naturais, inclusive petróleo". Segundo o ministro brasileiro a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação é uma prioridade.

Jungmann ressaltou o potencial de cooperação entre Brasil e Portugal na área de indústria de defesa com a presença de duas unidades da Embrear, na cidade portuguesa de Évora. O ministro defendeu a ampliação dessa parceria também no setor da construção naval. Já o ministro português lembrou o forte laço histórico. O ministro Azeredo Lopes demonstrou satisfação em estar assinando o acordo. "Se já fomos capazes de construir um cluster aeronáutico na cidade de Évora, temos plenas condições de criar um modelo de desenvolvimento conjunto nessa área tão estratégica que é a indústria da defesa", disse Azeredo Lopes.

Reunião de trabalho

Antes da assinatura do acordo, os dois ministros tiveram uma reunião de trabalho no Comando do Pessoal do Exército português, onde discutiram futuras ações conjuntas militares. O acordo de cooperação foi assinado durante a realização do I Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil - Portugal, que se encerra hoje (10), em Porto. O evento reúne setores de governos e empresários brasileiros e portugueses para estabelecer mecanismos que ampliem possibilidades de negócios, além de criar uma agenda comum e permanente de contato.

Fizeram parte da comitiva brasileira a deputada federal Bruna Furlan (PSDB/SP); o secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa (MD), Flávio Basílio, o chefe do Departamento de Produtos de Defesa do MD, brigadeiro José Augusto Crepaldi Affonso; o chefe do Departamento de Catalogação do MD, almirante Antônio Carlos Soares; o chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial do MD, general

Cláudio Duarte de Moraes, o assessor militar do gabinete do ministro, brigadeiro João Tadeu Fiorentini, além de técnicos e outros militares.

Fonte: Ministério da Defesa

Data da publicação: 10 de fevereiro

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/28347-brasil-e-portugal-assinam-acordo-de-cooperacao-na-area-de-defesa>

Ministério da Defesa terá nova Norma de Controle Interno*

O Ministério da Defesa (MD) terá uma nova Norma de Controle Interno. Para tanto, a Secretaria de Controle Interno (CISSET), responsável por avaliar, em grau de eficiência, todos os gastos e ações administrativas da Pasta, realizou, na última quinta-feira (9), a segunda etapa do seminário “Alinhamento de Normas e Processos de Controle Interno e Transparência”.

O objetivo é que o MD e os Controles Internos das Forças Singulares possam atuar de forma padronizada com os demais órgãos públicos federais. “Sempre é preciso melhorar. Não precisamos abandonar nossos procedimentos específicos. A norma virá para agregar e facilitar o trabalho e a troca de experiências”, explicou o secretário da CISSET, Igor Vidal Araújo.

Durante o seminário, o gerente de Orientação e Avaliação da CISSET, Ronald da Silva Balbe, apresentou a minuta da nova Norma de Controle Interno. Segundo ele, a Secretaria está aberta a sugestões dos órgãos de controle interno do Exército, Marinha e Aeronáutica; do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU); do Tribunal de Contas da União (TCU); do Ministério Público e da Secretaria

Geral do MD. Os órgãos terão um prazo de 10 dias para contribuir com a Norma, que deverá ser publicada em março deste ano.

A Norma de Controle Interno vai de encontro com as regras da CGU e com o Decreto Nº 8.978, que aprova a Nova estrutura regimental do MD. Sobre a Ciset, o decreto elenca que cabe à secretaria exercer a supervisão técnica dos órgãos de Controle Internos dos comandos militares e orientar os gestores quanto às ações da área.

Representando o ministro da Defesa, Raul Jungmann, o chefe de gabinete, Alessandro Warley Candeas, realizou o encerramento do seminário. Ele destacou que a Norma de Controle Interno trará vários benefícios à Pasta: padronização, segurança, alinhamento, modernização e autonomia. “A criação da Norma é parte de um longo processo de aperfeiçoamento e atualização. Parabéns à Ciset pelo trabalho desenvolvido”, afirmou Candeas.

Também participaram do evento, o consultor jurídico do MD, Idervânio da Silva Costa; o diretor do Instituto Brasileiro de Estudos em Defesa Pandiá Calógeras (IBED), Demétrio Carneiro da Cunha; o procurador-geral da Justiça Militar, Jaime Cassio Miranda; o secretário de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública do TCU, Egbert Nascimento Buarque; o diretor de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle da CGU, Gustavo de Queiroz Chaves; o secretário de Modernização e Gestão Estratégica do Ministério Público Federal, Cristiano Rocha Heckert; além de representantes das Forças Armadas

Fonte: Ministério da Defesa

Data da publicação: 10 de fevereiro

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/28346-ministerio-da-defesa-tera-nova-norma-de-controle-interno>

Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas será lançado em março*

Brasília - O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) deverá ser lançado do Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, no dia 21 de março, às 19h. A informação é do presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga Coelho, que acompanhou na manhã desta quarta-feira, 8, a comitiva do ministro da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, na visita ao Centro de Operações do SGDC.

Na oportunidade, a comitiva pôde conhecer a sala de decisão do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra) e as futuras estações e antenas do SGDC. “Sobre os ganhos do país com o SGDC, primeiro vem a qualidade dos seus serviços, o Brasil ganha em eficiência e em segurança nas comunicações, além de permitir a ampliação dos serviços de banda larga, que poderá ser universalizado, e avanço nos serviços prestados aos cidadãos”, afirmou o ministro Gilberto Kassab.

O presidente da AEB, José Raimundo, falou da necessidade de integração entre as instituições do governo, pois segundo ele, nenhum país do mundo desenvolve a área espacial de forma isolada. “É o momento de integrarmos os esforços para desenvolvermos a área espacial de forma inclusiva e não exclusiva”, afirmou.

Para o secretário de Política de Informática do MCTIC, Maximiliano Martinhão, a união de esforços é essencial ao programa. “A gente deu um passo grande com esse projeto, mas destaco o aspecto de olhar para frente, porque a Aeronáutica e a Telebras montaram suas equipes. Temos que integrar esforços civis e militares, sob a coordenação da Agência Espacial Brasileira (AEB).”

Já o secretário de Telecomunicações do MCTIC, André Borges, ressaltou o caráter estratégico do satélite para a conectividade do país. “Vencida a etapa de levar banda larga a 100% do território, um excelente passo, a questão será oferecer mais capacidade, porque todo o Brasil vai estar conectado, mas a capacidade ainda vai ser insuficiente para cobrir tudo o que é necessário.”

Segundo o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Rossato, o SGDC trará benefícios em três eixos: no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), operado pela Telebras, nos sistemas de telecomunicações militares e na absorção de tecnologia para o setor aeroespacial. Pela parceria do MCTIC com o ministério da Defesa, o satélite deve melhorar a fiscalização dos 17 mil quilômetros de fronteira do Brasil com dez países sul-americanos e estender o PNBL a todo o território nacional.

Comando de Operações

O Comando de Operações Aéreas é a principal unidade de controle das atividades desenvolvidas pelo satélite, que será monitorado 24 horas por dia. A infraestrutura conta com cinco prédios, uma antena de comando e controle de 13 metros, além de estações de trabalho de radiofrequência e de monitoramento do equipamento.

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), com lançamento previsto para 21 de março, vai garantir a segurança das comunicações de defesa das Forças Armadas brasileiras e o fornecimento de internet banda larga para todo o território nacional, especialmente para as áreas remotas do país.

Fonte: Inforel

Data da publicação: 10 de fevereiro

Link: http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=7249&tipo=2

Líder polonês defende que UE seja potência nuclear*

O presidente do partido governistas polonês Lei e Justiça (PiS), Jaroslaw Kaczynski, iniciou um debate que até então ocorria de forma tímida na Europa. Em entrevista ao jornal alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung, Kaczynski afirmou que apoia a ideia de que a União Europeia (UE) se transformasse numa superpotência e pudesse fazer frente à Rússia como potência nuclear. Mas ele também reconheceu que isso implicaria despesas gigantescas – e disse não ver disposição para isso.

Seja como for, Kaczynski tocou num tabu. Até então, poucas pessoas se manifestaram sobre esse tema. O eurodeputado do partido alemão União Democrata Cristã (CDU) Roderich Kiesewetter disse recentemente à agência de notícias Reuters que a Europa precisa de "uma proteção nuclear para dissuasão" caso os Estados Unidos deixem de colocar seu aparato de defesa à disposição.

"Não é surpreendente que tal debate venha à tona neste momento", comenta Nick Witney, ex-chefe da Agência Europeia de Defesa (AED). O debate sobre a política de defesa acompanha a situação política, que mudou rapidamente.

Mas qual a viabilidade de um sistema nuclear europeu? Há cerca de 30 anos, Londres e Paris teriam ficado lisonjeados se os europeus os elevassem à condição de defensores da Europa. "Seriam necessárias instituições que a UE não possui", diz Witney. E, depois da saída do Reino Unido, apenas a França, com suas armas nucleares, teria alguma chance de encarar a Rússia. Para o especialista, a discussão está marginalizada, mas não completamente fora de questão.

Ideia impraticável

"Infelizmente há uma ameaça real", afirma o especialista Ulrich Kühn, da Fundação Carnegie para a Paz Internacional. Os argumentos para o debate existem, considerando que Donald Trump está na Casa Branca. Ainda assim, Kühn afirma que esse debate "não ajuda", pois existe a Otan e, sob comando americano, armas convencionais estão sendo estacionadas na Polônia e nos países bálticos. Enquanto houver a Otan, os europeus deveriam conter ambições nucleares, afirma.

Além disso, Kühn considera a ideia impraticável. "A Rússia possui entre duas mil e três mil armas nucleares táticas", argumenta. Contrapor uma proteção adequada a isso implicaria despesas enormes para a Europa. E o mais importante: quem teria o poder de apertar o botão vermelho? Outro argumento é que a maioria dos cidadãos europeus, inclusive na Polônia, seria contra tal corrida armamentista.

Perigoso também, segundo Kühn, seria a extinção, na prática, do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de 1968, já que ele teria de ser rescindido pelos europeus. "Isso teria implicações globais. Poderiam surgir 55 a 60 países nucleares. Um cenário aterrorizante", diz.

Em vez disso, os europeus deveriam finalmente implementar aquilo que discutem há tempos: levar adiante a cooperação na área de defesa e criar sistemas bélicos comuns para se tornarem mais eficazes e credíveis na defesa convencional.

Não à corrida armamentista nuclear

O porta-voz da Comissão de Defesa do Parlamento Europeu, Michael Gahler, também é a favor do fortalecimento da cooperação na área de defesa. "Temos de fazer o que o Tratado de Lisboa permite – implementar uma cooperação estruturada." Dos 203 bilhões de euros gastos em defesa pela UE, cerca de 26 bilhões de euros poderiam ser economizados ou utilizados de outra forma se os Estados-membros trabalhassem em conjunto, segundo o Parlamento Europeu.

Uma corrida armamentista nuclear não é o caminho correto, afirma Gahler. No entanto, ele também enxerga uma ameaça real nas armas nucleares táticas dos russos, estacionadas, por exemplo, em Kaliningrado. "Mas, em geral, prevalece o equilíbrio [na dissuasão nuclear]. Não queremos reviver o velho debate armamentista dos anos 80", afirma Gahler. Mesmo que tanto Rússia como Estados Unidos estejam imprevisíveis no momento, "não devemos recomeçar esse debate".

Fonte: Defesanet

Data da publicação: 09 de fevereiro

Link: <http://www.defesanet.com.br/nuclear/noticia/24747/Lider-polones-defende-que-UE-seja-potencia-nuclear/>

* Não mencionado o autor no texto.